

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.736 - AL (2019/0344485-8)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : E N M (INTERNADO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO À ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO NA FORMA TENTADA. SUBSTITUIÇÃO DE MEDIDA DE INTERNAÇÃO POR SEMILIBERDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **E. N. M.** contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado em face de acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Consta dos autos que o agravante foi condenado em razão da prática do ato infracional equiparado ao crime tipificado nos arts. 157, §2º, II, e § 2º-A, 1, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal, aplicando-lhe a medida socioeducativa de internação permanente (ECA, art. 112, VI, e 121), com reavaliação semestral.

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação (fls. 101-106), o qual, por unanimidade, o eg. Tribunal **a quo**, por unanimidade, negou provimento (fls.149-154)

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente sustenta violação do art. 112, § 1º, da Lei n. 8.069/1990, ao argumento de ter sido aplicada medida socioeducativa excessiva em relação à conduta praticada pelo adolescente.

Afirma que *"Não havendo claro indicativo de que as medidas em meio fechado se fazem necessárias, não poderão ser aplicadas, devendo ser*

dado preferência àquelas que não importem em privação de liberdade, procurando-se o quanto possível manter o adolescente integrado à sua família e ao meio social onde vive." (fl. 164).

Requer, ao final, a substituição da medida socioeducativa aplicada por liberdade assistida cumulada com prestação de serviços à comunidade.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 172-173), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na incidência da **Súmula 7/STJ** (fls. 176-178).

Nas razões do agravo, postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão.

O Ministério Público Federal opinou pelo **desprovemento** do agravo em recurso especial (fls. 217-218).

É o relatório.

Decido.

Tendo em vista os argumentos expendidos pela parte agravante para refutar os fundamentos da decisão de admissibilidade da origem, **conheço do agravo e passo a examinar o recurso especial.**

Consta dos autos que o Juízo condenou o recorrente por ato infracional análogo ao crime do art. 157, §2º, II, e § 2º-A, 1, do Código Penal c/c o art. 14, II do mesmo código (roubo duplamente majorado, na forma tentada), aplicando a medida socioeducativa de internação permanente, com reavaliação semestral (fl. 85).

O eg. Tribunal **a quo**, por unanimidade, manteve a sentença condenatória (fls. 149-154).

Nas razões recursais, busca o insurgente a substituição da medida socioeducativa aplicada de internação, pela liberdade assistida cumulada com prestação de serviços à comunidade.

Para melhor delimitar a presente **quaestio** trago à baila os fundamentos lançados no v. acórdão vergastado, **verbis** (fls. 152-154):

"10 - A irresignação do apelante reside alegação de que a medida imposta seria desproporcional, entendendo como adequada a semiliberdade, mormente pela primariedade e confissão perpetrada em juízo.

11 - Primeiramente, imperioso destacar que, não obstante a internação seja considerada medida extrema, o caso dos autos traz situação que se amolda com exatidão às hipóteses taxativas dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, senão vejamos;

ECA, Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso TII deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

12 - Ora, consta dos autos que o adolescente já teria respondido a ato infracional análogo e que foi aplicada medida de liberdade assistida. Não obstante, tal imposição não obstou o cometimento de novo ato infracional, igualmente grave, bem como o seu envolvimento com facções criminosas.

13 - Assim, além da gravidade do ato infracional em questão, compreendido dentre aqueles aptos a aplicação da medida extrema, necessário considerar a personalidade voltada para o cometimento de atos infracionais e, por conseguinte, a premência de um acompanhamento mais efetivo do Estado.

14 - Nunca é demais ressaltar que as medidas socioeducativas não buscam unicamente sancionar o adolescente em conflito com a lei. Ao revés, possuem caráter eminentemente pedagógico, viabilizando a reintegração do adolescente com a sociedade.

15 Por outro lado, a sentença atacada detalhou adequadamente as razões que corroborariam a necessidade de um acompanhamento mais efetivo e da insuficiência das demais medidas socioeducativas em meio aberto como forma de propiciar uma maior conscientização de amadurecimento do adolescente, senão vejamos:

(...)

Saturadas as elucidações pertinentes ao ato infracional praticado pelo representado, passemos a analisar qual a medida

socioeducativa mais adequada para o caso.

O estudo do caso de Everson Nascimento Marques relata que o mesmo não estuda há três anos e que já foi apreendido quatro vezes por roubo. Além disso, destaca a situação socioeconômica da família que é de extrema pobreza. **Por fim, sugere a medida socioeducativa de internação.**

A genitora do representado, em juízo, afirmou que o comportamento do filho em casa é bom e que ele ficava de casa para a escola. Que teve uma pré-matricula do governo e ele foi colocado em outra escola, que ficava em um bairro faccionado e ficou com medo de acontecer alguma coisa com o filho.

Que o mesmo a ajuda em casa e lhe obedece. Que alguns dias antes o filho havia lhe pedido roupas para usar no fim de ano e a mesma negou, pelas condições em que vive, mais que sempre acaba dando um jeito e comprando pois faz de tudo pelos filhos. Que o menor vai ser pai e que não sabia que ele usava droga, só soube depois que o mesmo foi preso. Que sempre pede para o menor cuidar da sobrinha e que conhece o Tales de vista, mais que o mesmo não frequentava sua residência. Que conversa muito com o filho e que o mesmo se demonstra muito arrependido.

Ademais, o ato praticado permite a aplicação da medida de internação e o modo de execução impõe do estado uma medida mais enérgica, notadamente pela violência. Considerando o teor do art. 122,I, do ECA, incidente na situação do representado, uma vez que respondendo a outras ações socioeducativas pela prática de atos infracionais análogos a crimes contra o patrimônio. Destaca-se, inclusive, que já teve a oportunidade de responder em liberdade e, no entanto, voltou a praticar atos infracionais.

Frise-se que o investigado já respondeu ação socioeducativa por roubo majorado, tendo cumprido medida socioeducativa de liberdade assistida, conforme processo de nº 0700761-30.2015.

Nesta inteligência de idéias, comungo do entendimento do Ministério Público e da equipe técnica da UIP, considerando que a medida de internação aparece como a mais adequada ao caso, fazendo com que ele amadureça e conscientize-se de que a prática de atos infracionais resulta em consequências para si e para os outros

(grifos aditados)

16 - Desta forma, entendo acertada a decisão do Magistrado singular que determinou a internação, não vislumbrando qualquer outra medida adequada ao intento de recuperar o jovem infrator. Por oportuno, trago precedente desta Câmara Criminal no mesmo sentido, in verbis:

APELAÇÃO CRIMINAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO A GUARDA DE ARMA DE FOGO (ART. 12 DA LEI 10.826/200. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DOS APELANTES. NÃO ACOLHIMENTO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS NOS AUTOS. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO APLICADA AOS APELANTES N. Y. dos S. Da S. E M. D. DA S. - POR MEDIDA MENOS GRAVOSA. IMPOSSIBILIDADE. ATO INFRACIONAL GRAVE. PERSONALIDADE VOLTADA À PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS GRAVES. NECESSIDADE EM MANTER MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EXTREMA. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (TJ/AL - Apelação n° 0000021-52.2015.8.02.0055 - Câmara Criminal Relator Des. José Carlos Malta Marques DJ 18/05/2016)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO A ROUBO. GRAVIDADE DA CONDOTA. OUTRAS PASSAGENS PELA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. SUBSTITUIÇÃO DA MEDIDA DE SEMELIBERDADE. IMPOSSIBILIDADE. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA PROPORCIONAL AO ATO PRATICADO. SENTENÇA MANTIDA. UNANIMIDADE. (TJ/AL - Apelação n° 07000691-82.2012.8.02.0084 Câmara Criminal - Relator Des. José Carlos Malta Marques - DJ 13/05/2015) (grifos aditados)
17 - Por tais razões, tomo conhecimento do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a sentença vergastada em sua integralidade.
18 - É como voto."

Da análise do trecho acima, verifico que o eg. Tribunal **a quo**, amparado pelo acervo fático-probatório presente nos autos, concluiu que a aplicação de medida socioeducativa de internação era necessária e suficiente ao caso.

Ora, está assentado nesta Corte que as premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias não podem ser modificadas no âmbito do apelo extremo, nos termos da Súmula n. 7/STJ, segundo a qual *"a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.

Na hipótese, de fato, entender de modo contrário ao estabelecido pelas instâncias ordinárias, como pretende a parte recorrente, demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos

autos, providência inviável nesta instância.

Ilustrativamente:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO DELITO DE ROUBO MAJORADO. I) MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. PRESENÇA DO REQUISITO DO ARTIGO 122, I DO ECA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA QUE JUSTIFICA A MEDIDA. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 568/STJ. II) APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DIVERSA DA INTERNAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. "Se o ato infracional é cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, é de ser aplicada ao menor a medida sócio-educativa de internação por prazo indeterminado, nos termos do art. 122, inciso I, da Lei nº 8.069/90". (HC 45.964/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 20/02/2006).

2. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de aplicar a medida socioeducativa mais adequada ao menor, porquanto é vedado na via eleita o reexame de fatos e provas. Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no AREsp 1274719/SE, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 04/06/2018, grifei)

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ATOS INFRACIONAIS ANÁLOGOS AOS CRIMES DE INCÊNDIO E FURTO QUALIFICADO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. ALEGADA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA A ATRIBUIÇÃO DOS ATOS AOS AGRAVANTES. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, analisando os elementos probatórios constantes dos autos, atestou a existência de provas da ocorrência dos atos infracionais, concluindo pela necessidade de impor aos agravantes medida socioeducativa de internação.

2. A revisão do aludido entendimento demandaria a incursão incursão e revolvimento do conjunto fático-probatório, providência vedada na via do recurso especial. Óbice do

Superior Tribunal de Justiça

Enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1630357/PA, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 17/04/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno do STJ, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

P. e I.

Brasília (DF), 21 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator